

# A Economia das Drogas Tornadas Ilícitas

**Dr. Ronald Lobato**

*Economista. Doutorando em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Regional na Universidade Federal de Barcelona.*

Boa tarde a todos! Agradeço o convite para estar aqui conversando e debatendo sobre assunto que é complexo como toda questão social importante. E que é transtornosa, ou seja, objetivamente não é possível compreender o fenômeno sem termos uma visão totalizante sobre esta realidade. E mais, compreender também que isso só pode ser equacionado na medida em que percebamos que as coisas avançam; se movimentam ao longo do tempo. Essa não é uma percepção nova. Quatrocentos anos antes de Cristo, Heráclito dizia que um homem não toma banho duas vezes em um mesmo rio. Isso porque as águas do rio e o homem não são os mesmos nessas duas oportunidades.

Eu havia feito algumas considerações sobre essas questões de conceitos etc., mas entendo que o tempo disponível não é grande; então vou passar adiante e entrar direto no tema. É importante compreender a abrangência das consequências da legalização das drogas *versus* a situação de proibição para a sociedade e suas implicações econômicas, devendo ficar claro que as questões da saúde e da segurança são as mais relevantes. Mas, felizmente, há muitas experiências inovadoras que permitem a análise de soluções que enriquecem a reflexão sobre que alternativas incentivar, tanto no campo da descriminalização, quanto no da legalização, tanto na abordagem territorial limitada, quanto na mais ampla e, certamente, considerando o fato de que as Nações Unidas têm convenções contra a legalização.

Entretanto, alguns países têm avançado na descriminalização, valendo destacar Portugal e a República Tcheca. Em todos os casos, houve testes quanto à repercussão social e econômica de tratamento e recupe-

ração dos dependentes. Mas, as mais notórias são experiências como a da Holanda com a maconha e a da Suíça com a heroína, coincidentemente em relação a uma das drogas mais perigosas no segundo caso, e à mais tolerada no primeiro caso. Nos dois casos, apesar das controvérsias inevitáveis, o sucesso foi inegável. Digno de registro é o fato de que na Holanda, onde a experiência foi mais massiva, o consumo de drogas pela população não difere da média europeia. Aparentemente, a tolerância e os *coffee shops* não aumentaram a proporção da população que consome drogas. Mesmo assim, o governo holandês executa uma guerra contra a produção de drogas leves envolvendo agricultores, importadores e exportadores, inclusive de cânhamo, gastando uma verba anual de cento e cinquenta milhões de euros. Esses custos, na repressão às drogas leves, mesmo relativos, são muito pequenos em relação aos padrões internacionais.

Na Europa, mais de cinquenta milhões de pessoas têm experiência com o consumo de drogas leves, implicando cerca de quinze a vinte por cento da população entre 16 e 65 anos de idade. Informações sobre os Estados Unidos revelam que vinte e cinco milhões de pessoas fizeram uso de drogas leves em 2007, número proporcionalmente maior do que o da Europa, embora a repressão seja muito superior na América, considerando as quase um milhão de pessoas presas por posse de maconha nesse mesmo ano, principalmente prisões de usuários negros, pardos e hispânicos.

A experiência permite analisar o modelo econômico do mercado da droga com informações e situações diferenciadas. Mesmo assim, não se pode obter muita consistência nos modelos de análises em termos de ofertas e demandas, em termos de análise de custo e benefícios, sob diferentes regimes, considerando o impacto da legalização das drogas leves, uma vez que as variáveis subjetivas e algumas objetivas podem ter uma ampla variação. É necessário sublinhar que o mercado é global e há extensas lacunas de conhecimento sobre este mercado.

A primeira hipótese a ser avaliada é a de consumidores e produtores se comportarem racionalmente diante da legalização, resultando em diminuição de preço e de incidentes, de modo a otimizar a redução da vigilância governamental e a conseqüente probabilidade de ser pego em delitos que ainda não foram cancelados. Isso significa arbitrar um coeficiente de busca da felicidade, que pode minimizar o prazer em relação aos

danos pessoais e sociais ou não. Além disso, é preciso deixar claro que, no caso holandês, há uma política de tolerância e não de legalização. O modelo apresentado pelo prêmio Nobel Gary Becker, em 1992, e outros em 2008, salienta a importância da elasticidade da demanda, ou seja, da resposta do consumo e da oferta em relação a variações no preço. Quanto maior a variação em função dessa alteração, mais elástica é a demanda.

Contudo, o mercado das drogas, segundo outro especialista liberal norte-americano, conseguiu, tanto na década de 1990, quanto na primeira década deste século, rebaixar os preços por conta do que acontece com todas as grandes corporações. E o tráfico é, inegavelmente, uma grande corporação, com conexões em todos os âmbitos legais e ilegais. Aqui há de se destacar a experiência gerencial e logística adquirida no processo produtivo, sem nenhum prejuízo das fantásticas margens de lucro que a ilegalidade propicia. Outros especialistas nessa área, como Jeffrey Miron, defendem a legalização para superar as imperfeições do mercado. É muito “*economês*”, não é? É difícil medir a produção mundial e o mercado consumidor de todo o mundo. Entretanto, quanto à oferta, estima-se que houve um crescimento desde 1980, enquanto os preços mantiveram-se relativamente constantes. Não importa quanta repressão tenha havido. Esse é o dado das Nações Unidas, 2010.

Em estudo sobre as quedas de preços recentes das drogas em geral, além do aprendizado que citei acima, especialistas afirmam que a produção mundial da *cannabis* tem crescido cerca de dois por cento ao ano ao longo das últimas décadas, o que implica em um crescimento nos últimos vinte anos de cerca de cinquenta a sessenta por cento na produção do período. Dado que o preço da maioria das drogas ilícitas diminuiu, não é surpreendente que o consumo tenha aumentado, sem deixar de notar a importância do fato de que na Europa, onde a guerra às drogas não se compara ao que ocorre nos Estados Unidos, houve, segundo as Nações Unidas, uma pequena queda no consumo. Em seu relatório mundial sobre drogas, a ONU explica que a produção de drogas leves não tem fronteiras: a maconha é cultivada em mais de cento e setenta países. Todo economista que analisa a questão da proibição das drogas sem pré-conceito (não é preconceito, é sem pré-conceito) moral, sugere a legalização por conta dos custos pessoais e sociais decorrentes da guerra contra as drogas.

Os custos da proibição para reduzir a produção e o consumo, as baixas da guerra, bem como a perda de potenciais receitas tributárias, sem deixar de considerar o sucesso de políticas mais tolerantes alcançadas no controle do número de usuários, que em sua maioria não são dependentes, conduzem a uma conclusão lógica e humana. É preciso dizer não à guerra contra as drogas e aderir às políticas de relativo sucesso para os usuários dessas drogas proibidas, como as aplicadas para os usuários das drogas permitidas, como, por exemplo, o álcool e o cigarro.

Na prática, no entanto, a teoria fica diferente. Como se pode ver na análise econômica do mercado dos cigarros, em tese, em um mercado competitivo, o preço do cigarro tende a ser igual ao custo da produção, caso contrário, surgirão novos concorrentes. E sabe-se que o consumo de cigarros acarreta problemas de saúde pública com custos para a sociedade, por isso o cigarro sendo fortemente tributado, gerando até mercado negro, embora, naturalmente, com consequências muito menos perversas porque fumar cigarro não é ilegal. No mundo real, onde teoria e prática se combinam, pois nesse caso a teoria é uma descrição nem sempre precisa do que acontece, há um quase oligopólio da produção do cigarro e os governos tributam fortemente esse produto, mas mesmo assim têm praticado políticas de esclarecimento para diminuir o consumo e evitar a divulgação laudatória do produto. Há indicadores de que os esclarecimentos e as restrições para as realizações de propaganda enganosa têm sido mais importantes para redução do consumo do que o aumento do preço. E isso, para muitos economistas, não é exatamente um comportamento racional, pois além dos custos sobre a manutenção da saúde há o “custo” da imagem negativa que o usuário incorpora. Contrariamente, os programas de sucesso na recuperação de dependentes em drogas ilegais procuram diminuir a carga de imagem negativa ou proceder de forma discreta para incentivar a adesão ao tratamento. Essas poucas experiências já indicam os caminhos a serem trilhados.

O consumo da *cannabis* entre os indivíduos com 12 a 39 anos de idade, ao longo do período de 1990 a 1997 – esse é um fato desse mercado; as informações nem sempre são recentes e nem sempre estão disponíveis –, com base em uma amostra de mais de cento e trinta mil pessoas, não foi muito afetado pela diferença de preço. O que indica, neste levan-

tamento empírico, ser a realidade contraditória com o exercício teórico que buscou elasticidade na demanda do período.

Os estudos de inelasticidade mostram que a proibição teoricamente aumenta os preços, mas isso não afeta necessariamente a demanda; muito pelo contrário, o clima de perseguição favorece a aceitação do aumento do preço do produto, fazendo com que os estudos do tipo microeconômicos sejam pouco representativos, pois indicam uma redução do lucro para os produtores. E o que se observa é um aumento da violência, da corrupção pela disponibilidade de recursos quase ilimitados e a manutenção do consumo e do lucro. É uma fragilidade técnica trabalhar com base apenas em hipóteses de concorrência perfeita, que não existem enquanto tal. O mercado é muito mais complexo do que é representado nas avaliações realizadas.

Em suma, os estudos também indicam que o aumento da repressão é antecipado por produtores, tendo como consequência o aumento da atividade criminosa. As políticas do governo contra os produtores dão origem a um mecanismo de seleção que pode aumentar o lucro dos produtores restantes. Nesses estudos, a maior repressão reduziria a oferta e aumentaria os preços, o que tornaria mais provável que os consumidores também ficassem avessos à atividade criminosa. Esta, no entanto, é uma conclusão falaciosa porque, diante da demanda, o que aumenta são as dificuldades ao consumo, não importando o estigma para o consumidor. Já se o consumidor não é dependente, a questão do estigma pode funcionar. O imposto sobre drogas poderia ser determinado pelo custo social marginal do consumo. Cogita-se que um maço de cigarros cria um custo com a saúde da ordem de dois euros, valor que poderia ser recomendado como tributação de quantidade similar, mais um *plus* por unidade no sentido de sancionar o consumo. Mas a análise totalizante sobre a questão não pode esquecer que os custos da proibição e dos conflitos do tráfico é que são efetivamente os mais relevantes. Isso enquanto custo, sem falar na questão social e humana.

O mercado legalizado sob concorrência perfeita, que não existe e só ocorre em situações pontuais não relevantes, reduziria os lucros, donde os produtores ganhariam mais com a proibição, o suficiente para corromper a sociedade, inclusive seus mais insignes representantes no Poder

Legislativo, no Executivo, no Judiciário, nas forças armadas e nas forças policiais, *data venia*, com as exceções que todos conhecemos. Além disso, os economistas, os economicistas, ainda não perceberam que a volúpia do poder costuma estar acima dos ganhos financeiros, sem que sejam estes fatos necessariamente contraditórios. Como sempre, os mais capitalizados conseguem sempre auferir vantagens de todo o tipo, inclusive vantagens legais. Registre-se que a legalização criaria oportunidades, caso o Estado não esteja dominado pelas grandes corporações. Essas vantagens se dirigiriam ao autoabastecimento e ao pequeno produtor, prática sempre saudável considerando-se a importância de o governo não ser tão leniente na consideração do interesse dos poderosos.

Hoje existem dois milhões de pessoas presas nos Estados Unidos – vou repetir, dois milhões de pessoas presas –, sendo que dois terços delas não completaram o ensino médio e um terço estava desempregada no momento da detenção. Ao longo dos últimos dez anos, o financiamento de construções de prisões foi feito em detrimento do investimento no ensino superior e, ao mesmo tempo, o acesso à educação na prisão foi drasticamente reduzido. Oficialmente, 8,3% dos negros em idade de trabalhar nos Estados Unidos estão desempregados. Mas, considerando o efeito encarceramento, essa proporção aumentaria significativamente. Pesquisas confirmam o óbvio: a relação positiva entre o desemprego, baixos salários e reincidência – e positivo aí é só o sinal de mais, as coisas são complementares, são ruins e complementares. O estigma da prisão foi codificado em leis e regulamentos de licenciamento que impedem pessoas com antecedentes criminais de aproveitarem inúmeros empregos e oportunidades, efetivamente excluindo-os da força de trabalho legítima e forçando-os a aderir a empreendimentos ilegais. O sistema penal pode ser visto como um tipo de instituição do mercado de trabalho que sistematicamente o influencia de forma difusa sobre as chances de vida de minorias desfavorecidas. É a perversão erigida em sistema de governo e em sistema de dominação.

Como na escravidão, a engrenagem focada na guerra às drogas divide famílias, destrói indivíduos e desestabiliza comunidades inteiras, muito mais do que o uso da droga. Esta política está direcionada aos americanos que vivem ou estão próximos de locais que abrigam minorias, com rendas

deprimidas e cujas características afastam investidores. Esta política custa para as comunidades negras milhões de dólares não contabilizados, milhões de dólares não aplicados no desenvolvimento econômico potencial, agravando a economia política nos centros das cidades.

Mas, desconsiderando esses adendos e focando nas consequências e no custo que envolve a verba para a corrupção e o papel dos “cachorros grandes” neste mistério, convém olhar o exemplo do HSBC, um grande banco internacional. Vamos analisando essas coisas e descobrimos que, além dos “cachorros grandes”, existem os “cachorros enormes”. O HSBC é certamente um “cachorro enorme”.

Em 2010, o chefe da divisão criminal do Departamento de Justiça norte-americano criou uma força-tarefa contra a lavagem de dinheiro, que conseguiu arrecadar mais de dois bilhões de dólares em multa a bancos. Um número que duplica só com o caso HSBC. O inquérito, conduzido pelo Departamento de Justiça, o tesouro e os promotores de Manhattan, identificou seis bancos estrangeiros, incluindo o *Credit Suisse* e o *Barclays*. O *ING Bank* aceitou pagar seiscentos e dezenove milhões de dólares por haver transferido bilhões de dólares dos Estados Unidos para países como Cuba e Irã, que sofrem sanções dos Estados Unidos apesar de apenas não agirem de acordo com os interesses ideológicos e comerciais daquele país. O *Standard Chartered*, banco britânico, transferiu pelos mesmos motivos às autoridades federais e estaduais norte-americanas trezentos e vinte e sete milhões de dólares.

Mas, vamos para o HSBC. O HSBC assumiu relevância nessa investigação porque a promotoria descobriu que, além de fazer transferência para os tais países “perversos”, segundo os Estados Unidos, o banco tinha facilitado a lavagem de dinheiro para cartéis de drogas mexicanos, além de ter mandado dinheiro sujo para bancos sauditas ligados a grupos terroristas, embora se deva ter em conta que a Arábia Saudita não se inclui entre os países “perversos”, pois atua em consonância com os objetivos da política externa norte-americana, sendo um de seus principais aliados no oriente médio. A subcomissão permanente de investigações realizou uma audiência com o HSBC, na qual o chefe de *compliance* do banco renunciou em meio a preocupações crescentes de que os principais funcionários do banco eram cúmplices na atividade ilícita. Mesmo depois desses inciden-

tes, o HSBC transferiu mais de sete bilhões para os Estados Unidos, um volume fantástico que os investigadores policiais classificaram como sendo “receitas de drogas ilegais”, realizadas principalmente no México. Em 2010, o órgão regulador do controle monetário concluiu que o HSBC tinha graves deficiências em seus controles antilavagem de dinheiro, incluindo sessenta trilhões de dólares em transações e dezessete mil contas sinalizadas como potencialmente suspeitas. Apesar disso, o banco não foi nem multado, a ponto de o senador Tom Coburn, republicano de Oklahoma, chamar o órgão controlador de “cãozinho de estimação” e não “cão de guarda”. Ao final de tudo, em dezembro de 2012, o HSBC concordou em pagar 1,92 bilhão de dólares às autoridades para resolver as acusações de lavagem de dinheiro. Essa impressionante cifra, entretanto, não é nada diante do volume de movimentos suspeitos.

A leniência foi justificada pelas preocupações de que acusações criminais contra o HSBC pudessem comprometer um dos maiores bancos do mundo e acabar por desestabilizar o sistema financeiro global. Enquanto isso, jovens negros, pardos e hispânicos, centenas de milhares, são condenados a cinco anos de prisão por portarem quantidade de maconha que deveria ser caracterizada como sendo adequada ao autoconsumo. Não há como não ficar absolutamente indignado com uma situação perversa como a que existe nos Estados Unidos a esse respeito.

É preciso ter claro que o criminoso que pratica atividades ilegais altamente reprimidas e muito lucrativas faz tudo para proteger os seus lucros; além disso, quanto maior o risco para articular produtores e consumidores a permanecerem ativos no mercado, mais ele tende a usar a violência para proteger as rendas que fatura. Essa situação é sem limites, pois, por definição, não há sistema legal a ser considerado, restando óbvio o benefício marginal para o uso da violência na superação das disputas.

Outra questão preocupante em relação ao vigor da guerra contra o tráfico é que dentre tudo que o traficante pode fazer inclui-se a falsificação do produto, inclusive o uso de estircina que resulta na morte de alguns usuários.

Apesar das consequências animadoras da política de tolerância observada na Holanda – as taxas de consumo juvenis são compatíveis com

a de outros países europeus – há uma boa parte da população holandesa que rejeita tal política. A pesquisa indica que os menos suscetíveis à aprovação são os que menos experiência têm quanto ao assunto e menor probabilidade de encontrar drogas e seus usuários na sua vida cotidiana.

Uma questão difícil de ser dimensionada é a da liberalização de drogas leves, enquanto continua uma importante repressão ao consumo de outras drogas. É normal consumidores e fornecedores utilizarem diferentes tipos de drogas, inclusive as alcoólicas. Isso significa que a política de convencimento para não chegar ao vício e reduzir o consumo de todas as drogas pode ser uma política mais eficiente, uma vez que o custo/benefício da redução da guerra contra o tráfico é muito maior no âmbito das chamadas drogas pesadas.

Segundo a *Drug Policy Alliance*, nos Estados Unidos, empreiteiros construtores de prisões e os milhares de fornecedores corporativos que oferecem seus produtos a esse mercado em expansão em feiras anuais – desde escovas de dente e meias, a arames farpados, cercas e manilhas – recebem subsídios de incentivos fiscais e abatimentos de governos locais, gastando verbas que poderiam atender necessidades como educação de qualidade, estradas, saúde, infraestrutura. A venda de títulos, isentos de impostos, para financiar construções de prisões está agora estimada em 2,3 bilhões de dólares anuais. No ano passado, a *Wackenhut Corrections Corporation*, que gerencia ou possui trinta e sete prisões nos Estados Unidos, dezoito na Austrália e Reino Unido, tentou converter uma plantação de ex-escravos na Carolina do Norte em uma prisão de segurança máxima para armazenar em sua maioria prisioneiros negros da capital da nação. Esses investidores mobilizam “corretores” em busca de prisioneiros recuperando a imagem e a expertise dos caçadores de escravos do século XIX. Empresas que parecem estar longe do negócio da punição – porque se trata mesmo de um negócio – estão intimamente envolvidas na expansão do complexo industrial prisional. Laços com a construção de prisões são umas das muitas fontes de investimento rentável para líderes financeiros. Em prisões privadas, chega-se a cobrar dos prisioneiros e suas famílias preços exorbitantes para os telefonemas preciosos que muitas vezes são o único contato deles com o mundo livre. Muitas empresas, cujos produtos consumimos diariamente, nos mostram que a força do trabalho da prisão

pode ser tão rentável como a dos países atrasados, que se notabilizam por oferecerem salários menores e, por isso mesmo, mantêm empresas de uso intensivo de mão de obra. Algumas das empresas que usam trabalho prisional são: a IBM, a Motorola; mas, não são só as indústrias *hi-tech* que colhem os lucros oferecidos pelas prisões: lojas de departamento vendem jeans comercializados com a marca *Prison Blues*, assim como camisetas e jaquetas.

Em trabalho intitulado “O impacto orçamentário do fim da proibição às drogas”, Jeffrey Miron, professor de economia da Universidade de Harvard e pesquisador sênior do Instituto Cato, um dos mais importantes economistas liberais americanos, e Katherine Waldock, doutoranda na *Stern School of Business* da New York University, ressaltam os enormes déficits fiscais enfrentados pelos governos federal, estadual e federal dos Estados Unidos e apontam que uma mudança política na questão das drogas seria muito bem-vinda – e esse é um pensamento liberal, geralmente confundido com um pensamento da direita conservadora. O trabalho estima que a legalização das drogas pouparia cerca de 41,3 bilhões anuais em despesas governamentais, eliminando os gastos com a guerra contra as drogas. Desse montante, 25,7 bilhões seriam poupados pelos governos estaduais e quase 16 bilhões pelo governo federal. Aproximadamente 8,7 bilhões resultariam da legalização da maconha; 20 bilhões da cocaína e 12,6 bilhões das demais drogas. A legalização geraria também receitas tributárias da ordem de 46,7 bilhões de dólares anuais, utilizando-se tarifas compatíveis com as aplicadas ao álcool e ao tabaco, sendo que 8,7 bilhões proviriam do comércio da maconha e 38 bilhões das demais drogas. Necessário destacar que a soma entre redução de despesas e arrecadação tributária adicional acrescentaria aos cofres públicos cerca de 88 bilhões de dólares anuais. E aí não estão sendo consideradas todas as outras vantagens correlacionadas com a legalização, como a questão da saúde.

Considerando que os governos estaduais e federais dos Estados Unidos enfrentam uma difícil crise fiscal, pois a dívida nacional corresponde a 60% do PIB, nível mais alto desde a segunda grande guerra mundial, proporção essa que pode inclusive aumentar para mais de 75%, qualquer alternativa de redução da despesa e de aumento da arrecadação deveria ser considerada com muita atenção.

Saio um pouco do mencionado trabalho para dizer que no Brasil o déficit é inferior a 40% do PIB e tem estado sob controle, mas enquanto a taxa Selic, que remunera o dinheiro aplicado do governo está em 7,25% ao ano, a remuneração básica oferecida pelo governo americano está em 0,5% ao ano, o que implica que a despesa com essa rubrica é na verdade uma receita, posto que a inflação nos Estados Unidos é superior a este percentual.

Voltando ao trabalho dos nossos amigos acadêmicos americanos, os políticos se preocupam com a dívida, mas cortes de despesas e aumento de impostos têm pouco apoio. Não é de se estranhar, portanto, o aumento da adesão à legalização das drogas nos Estados Unidos para cobrir o déficit fiscal. Principalmente nos estados, porque eles não têm aquele mecanismo de tomar dinheiro recebendo troco. Então, nos estados e instâncias locais, essa questão tem avançado mais aceleradamente. Dezoito estados norte-americanos já aderiram à legalização da maconha para uso medicinal e, mais do que isso, os Estados do Colorado e de Washington, onde fica Seattle, legalizaram a produção, o comércio e o consumo de maconha através de referendos, o que é uma decisão muito mais avançada do que a mera política de tolerância praticada pela Holanda.

Por conta dessa situação, pensadores liberais radicais, como o mencionado Jeffrey Miron, têm concedido entrevistas, com palavras que irão chocar o senso comum dos formadores de opinião, inclusive os de esquerda que embarcaram em aventuras autoritárias e se esquecem que o sonho de Marx sobre uma nova sociedade se apropria dos sonhos libertários de superação do feudalismo das sociedades atrasadas, promovendo e sugerindo a construção de uma nova sociedade não para controlar as pessoas, mas sim para destruir uma sociedade ditatorial que controla a todos para garantir vantagens pessoais diferenciadas para a classe dominante. A resposta a isso só pode ser uma sociedade mais participativa, mais criativa, mais democrática e mais condescendente, como ousou formular ele à época, “a cada um conforme suas necessidades; de cada um conforme sua capacidade”, sonho maior de liberdade, adaptada ao potencial de cada um.

Mas, aproximando essas reflexões para a contemporaneidade, há duas principais linhas de pensamento: a liberal, dominada pela doutri-

na neoliberal, e a do estado do bem-estar, que parece estar capitulando diante da crise sem nem denunciar o fato de que na realidade a grande responsável pela crise de 2008 foi a falta de controle sobre o sistema financeiro e as conseqüentes bolhas setoriais que desestruturaram não só o mercado financeiro como também o mercado real da economia. Mas, no caso, pode haver convergência entre esses neoliberais, que andei citando, cuja linha de pensamento é a de ter um governo mínimo e não invasivo em relação aos direitos individuais, e os adeptos de governos de bem-estar social, na própria linha do trabalho do Jeffrey Miron, que estive aproveitando.

Podemos concordar, portanto, que limitar a intervenção governamental no caso da repressão implica a redução dos custos gerais do governo e dos custos da saúde. A diferença pode estar na forma de prover uma saúde acessível para maior número de pessoas, um sistema de saúde pública e de um mercado, cuja mão invisível, de que vocês já devem ter ouvido falar, não esteja controlada por cartéis e oligopólios.

Mas, vamos a uma síntese da mencionada entrevista de Jeffrey Miron à **Der Spiegel**. Vou reproduzir só algumas respostas: a proibição é mais perigosa do que a venda de drogas em supermercados; a proibição das drogas é a pior solução para evitar o abuso, ela traz o mercado negro, que é corrupto e custa vidas humanas, constrange pessoas que não abusam de drogas e é cara; o vício não é o problema, muitas pessoas são viciadas em cafeína e ninguém se preocupa com isso, muitas pessoas são viciadas em esportes, cerveja ou comida e isso não incomoda ao governo; os efeitos da cocaína são descritos de uma forma muito exagerada; existem banqueiros em Wall Street que cheiram coca, mas, por terem alta renda, acesso a um bom sistema de saúde e serem casados e terem uma situação de vida estável, não chocam ninguém; há pessoas que fumam crack e levam um tipo de vida muito diferente daqueles endinheirados, são pessoas de baixa renda, sem emprego e com a saúde precária; muitas dessas pessoas têm um fim trágico, contudo não se pode culpar a cocaína por isso, mas sim a péssima vida que têm, assim como não se pode culpar o crack no caso daquela menina que se prostitui pela situação que ela viveu e que provavelmente a levou à droga; o *lobby* da proibição às drogas exagera substancialmente seus efeitos, visando a seus objetivos, drogas

são muito menos perigosas do que se alardeia; maconha e cocaína podem não ter efeito negativo significativo se o produto é acessível e se não é preciso arriscar a vida para obtê-lo e se o produto não tiver sido diluído secretamente com veneno de rato; a heroína injetável é muito difundida porque, sob a proibição, a heroína se tornou cara, e sendo injetada, leva a um resultado mais rápido e com menor custo; se as drogas fossem menos caras, a maioria das pessoas, provavelmente, fumaria heroína ao invés de injetá-la; se você acredita em tudo que os norte-americanos afirmam acreditar – liberdade, individualidade e responsabilidade pessoal – você tem que legalizar as drogas; a máxima a ser seguida deve ser a de que você está autorizado a fazê-lo, se não está prejudicando ninguém – este é um axioma.

Vou concluir dizendo que os diferentes ciclos de consumo de drogas são efetivamente determinados, em grande parte, pelas leis da economia, com as específicas repercussões que a proibição exerce sobre elas. Por exemplo, o surgimento de novos produtos no mercado ilegal: somando-se aos fatores comuns ao funcionamento de qualquer mercado, opera aqui o fator específico que contribui para o surgimento de novos produtos: eventuais êxitos repressivos que reduzem a oferta podem favorecer o surgimento de outros produtos, como é o caso do crack. A economia demonstra a inevitável ineficácia da política proibicionista. Em todos esses anos de proibição, os resultados foram pífios. Guerras, mortes, prisões, nada afeta o fornecimento das drogas ilícitas. Onde houver demanda sempre haverá oferta, e a demanda, nesse caso das drogas, tem acompanhado toda a história da humanidade.

As leis da economia não podem ser afastadas por uma mera proibição. As leis da economia são leis naturais, ao contrário das leis penais.

Muito obrigado. ❖